

CONFLITOS POLÍTICOS NA INSTÂNCIA JURÍDICA: CLASSE E PODER NA SOCIEDADE DE JACOBINA (1970-1973)

CARLA CÔRTE DE ARAÚJO*

Já escrevia Paul Veyne que o historiador sentia curiosidade pelo passado e isso é que o movia primeiro a pesquisar e depois a narrar o que descobrira. Para o autor, recontar os fatos reais que têm o homem como ator faz da história um romance real (VEYNE, 1998: 12). É esse movimento que impulsiona historiadores a escreverem a história e a partilharem os seus escritos que me anima recontar de uma, entre as infinitas formas possíveis, alguns capítulos da história política inscritos na cidade de Jacobina.¹

Temos percebido através de algumas leituras (RÉMOND, 1996: 43) (BURKE, 1992: 32) que as formas de manifestação do político têm ocupado os espaços do cotidiano das sociedades e dos acontecimentos, de forma a possibilitar novas significações sobre as estruturas socioculturais da sociedade brasileira. A instância jurídica (MENDONÇA; LARA, 2009), por exemplo, é um palco privilegiado para observar essas mudanças que revelam uma política mais dinâmica, descontinuada e porosa. Ainda é possível afirmar, e a documentação produzida pelo poder judiciário oferece valiosas pistas nesse sentido, que a política enquanto manifestação restrita a uma elite dominante estava longe de ser uma exclusividade desta.

Por essa razão, interessa-nos compreender a política como manifestação social (FERREIRA, 1992: 265-271) que se apropria de espaços outros, ganhando força nos bares, nas discussões acaloradas que muitas vezes resultavam em crimes e quebra da ordem (JESUS, 2005: 73-112), no uso de espaços mais livres como a rua para manifestações que fugiam inclusive ao controle da elite promovendo rearranjos sociais

* Licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Especialista pelo Programa de pós-graduação em História, Cultura Urbana e Memória na mesma instituição. Mestranda pelo Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia-UFBA. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

¹ A cidade Jacobina está localizada no sertão baiano, a 330 km de Salvador, na região hoje conhecida como Piemonte da Diamantina. Ao longo dos anos se constituiu como polo agregando em seu entorno vários distritos e também outros municípios concentrando inúmeros serviços que eram oferecidos à população urbana e rural, tais quais: assistência médica, educacional, lazer e comércio que contava com importantes casas comerciais atacadistas e varejistas.

que revelam uma cidade multifacetada e marcada pelos sentidos que a política imprimia.

As questões ligadas à política local faziam parte daquela sociedade e aos poucos ganhavam outros espaços que podem ser mapeados nos inúmeros processos encontrados no arquivo do Fórum Jorge Calmon na cidade de Jacobina. Os seus diferentes formatos: sumários de crime, queixas-crime, lesões corporais, representação e habeas corpus registram os valores de uma época que auxiliam no conhecimento das condutas e sociabilidades do período. Ao mesmo tempo em que evidenciam as desavenças resultantes de orientações político-partidárias, o que nos permite afirmar que a política em Jacobina rompia os espaços historicamente delimitados para sua manifestação marcando presença na vida social das pessoas e alterando sensivelmente alguns comportamentos.

A riqueza dessa documentação ainda oferece as pistas de um passado lacunar (GINZBURG, 2007: 40), indicando possíveis itinerários que podem ser seguidos para rastrear elementos reveladores dessa sociedade que nos permitem oferecer um perfil, ainda que geral, e sob o prisma da justiça dos sujeitos que precisavam recorrer à lei e tinham o seu pleito de alguma forma imbricado ao universo político local.

Os processos movidos por aqueles que se envolviam em conflitos de natureza política quase todos muito densos, permeados de informações sobre homens e mulheres que se viam às voltas com a justiça, recriam, ainda que de forma estilizada, (WISSENBACH, 1997: 11) a maneira como se organizavam os comícios, as eleições, as festividades e apresentam, em boa medida, uma política apropriada (CHARTIER, 1991: 180) por diferentes sujeitos e reelaborada geralmente em bares, animada por conversas regadas a muitas doses de pitu² que terminavam, quase sempre, em brigas complementadas por atitudes violentas com o uso de armas. Além disso, traçam o longo caminho que ia desde a desavença motivada por questões de ordem política que transcendiam aquele espaço físico, mas encontravam nele mecanismos de potencialização. As histórias de vida encontradas nesses processos possuem ainda um caráter trágico mas, ao mesmo tempo, informam elementos fundamentais para construção das narrativas. O impacto das leituras engendra os fios de outras histórias e

² Autos do Processo de *Lesões Corporais* movido por Abdias Bruno da Silva contra o delegado Luiz Maximiano dos Santos, ajuizado na Comarca de Jacobina, em 02/04/1975. Acervo do Fórum Jorge Calmon (Vara Crime). Documento sem catalogação, com o número de tomo: 1377/75. f. 11.

ainda provoca muitas perguntas sobre aquele período e sobre como aquelas pessoas terminavam sendo consumidas por uma engrenagem política arrebatadora.

Alguns casos chamaram atenção durante o processo de pesquisa. Trata-se de um grupo de fontes jurídicas nomeadas de *Representação* ou *Noticia Criminis* que foram movidas por alguns trabalhadores da prefeitura, em sua maioria pedreiros, entre os anos de 1971/1972, assim que perderam o seu emprego. A reclamada era a Prefeitura Municipal de Jacobina que tinha à frente do cargo o Bacharel em Direito Fernando Mário Pires Daltro, filho de Pedro Cerqueira Daltro, promotor público, e de Esther Pires,³ uma das maiores herdeiras de terra naquela localidade. Conhecedor do seu lugar em uma sociedade, que valorizava a titulação de doutores e reconhecia as pessoas pelo sobrenome que ostentavam, revelando uma genealogia composta por familiares ilustres, Fernando Daltro sabia que esses elementos seriam facilitadores de uma futura carreira política.

Bastava um olhar mais atento e cuidadoso para perceber que a lista⁴ com os nomes que compuseram o quadro do Poder Executivo na sua cidade natal estava repleta de parentes e de pessoas próximas que, assim como ele, eram herdeiras de um passado político insistente em reafirmar a sua força, o seu lugar. É certo que as desavenças e disputas, tão comuns em jogos de natureza política existiam, mas não anulavam essa lógica. Eram apenas responsáveis pelas trocas temporárias de domínio que implicavam diretamente na ampliação de poder e prestígio dos grupos locais. A cidade era o palco onde essa atuação era inscrita, vivida e protagonizada dentro de uma dinâmica não só política, mas também social, cultural e econômica.

Sebastião Freire, autor do processo, talvez nunca tenha sonhado com o cargo de prefeito. A vida simples e as dificuldades comuns a famílias de pequenos agricultores afastaram o menino da escola e da esperança de um futuro melhor. Logo cedo conheceu o mundo do trabalho na roça e foi enredado na batalha cotidiana, empreendendo forças na luta pela sobrevivência como tantos outros meninos que, assim como ele, precisavam

³ Essas informações estão registradas no Inventário de Bens de Esther Dias Pires Daltro sob a guarda do Arquivo Público Municipal de Jacobina: Seção do Poder Judiciário. Série 001, Subsérie: Inventário. Data limite: 1952-1955, Caixa 190.

⁴ Entre os seus parentes que ocuparam a cadeira do Poder Executivo na cidade de Jacobina constam os seguintes nomes: Ernestino Alves Pires 1912-1919 [avô]; Francisco Rocha Pires 1920-1925 [primo]; Galdino César de Moraes 1926-1928 [tio] e José Rocha Pires 1929-1930 [primo]. Arquivo Público Municipal da cidade de Jacobina.

ajudar nas despesas de casa. Vivendo na zona rural, no distrito do Paraíso, distante da sede aproximadamente 30 km, o acesso a educação, saúde e lazer era dificultado em função das precárias condições da estrada e dos meios de transporte.⁵

Talvez quando moleque tenha escutado falar do poder político e econômico do coronel, fazendeiro e ex-Intendente da cidade de Jacobina, Ernestino Alves Pires e da sua mulher, Elvira da Costa Pinto Dias Pires⁶ mais conhecida na cidade como dona Iasinha a “Baronesa”, figuras distintas daquela sociedade e avós maternos de Fernando Daltro.

Estamos diante de duas histórias de vida separadas por um abismo social e econômico, revelador, de uma sociedade hierarquizada, fissurada e responsável pela arrumação dos sujeitos em lugares distintos na dinâmica social. Essas vidas se cruzariam em um determinado momento da história de cada um, sendo esse encontro promovido no ano de 1972, quando Fernando Daltro já era prefeito da cidade e Sebastião Freire um pedreiro que depois de demitido precisou travar uma luta na justiça em busca dos seus direitos trabalhistas.

O episódio envolvendo o pedreiro e o prefeito é ilustrativo para pensar e entender a formação e o percurso histórico de classes distintas (THOMPSON, 2001: 274), mas inseridas em uma dinâmica social e política que perpassava aquela conjuntura. A compreensão de que a história é feita por “homens situados em contextos reais [...] dispendo, apenas, de uma oportunidade muito restrita para inserir sua própria ação” (Id., 2001: 140) deve ser levada em conta quando se examina situações de conflito envolvendo sujeitos históricos.

No Fórum Jorge Calmon, o Juiz de Direito titular da Vara Crime, Dr. Hélio Vicente Lanza, deve ter se surpreendido quando, em 1972, recebeu uma denuncia movida pelo pedreiro contra o então prefeito municipal. Acostumado a lidar com

⁵ Autos do Processo de *Noticia Criminis* movido por Sebastião Freire contra o prefeito municipal Fernando Mário Pires Daltro, ajuizado na Comarca de Jacobina, em 1º de dezembro de 1972. Acervo do Fórum Jorge Calmon (Vara Crime), documento sem catalogação. f. 7.

⁶ Oriunda de berço aristocrático, Elvira da Costa Pinto Dias Pires tinha uma genealogia composta por antepassados nobres. O peso da tradição dos Costa Pinto converteu-a numa autêntica representante da fina gente descrita pelo historiador Eul-Soo Pang em seu Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana. Neta de Antônio da Costa Pinto e Maria Rita Lopes da Costa Pinto, visconde e baronesa da Oliveira pela parte de sua mãe, D. Rosa da Costa Pinto Dias. Seus bisavós maternos eram: Antônio da Costa Pinto e Maria Delfina Lopes da Costa Pinto, conde e condessa de Sergimirim, além de ser sobrinha paterna de Mariana da Costa Pinto Dantas, baronesa de Jeremoabo. Jornal A Tarde, Sábado, 20 de setembro de 1986. *O Centenário de uma brava dama do sertão*. p. 6.

questões que se inscrevem na rotina de um magistrado, representante da lei em uma cidade de médio porte no interior da Bahia, o recebimento de um documento dessa natureza quebrou uma sequência de casos que faziam parte de um ofício que envolvia, entre outras coisas, o tratamento dos problemas mais complexos de uma sociedade na instância jurídica.

A experiência de uma carreira que certamente não estava no início, a julgar pela importância que a Comarca de Jacobina desfrutava entre aqueles que seguiam a profissão jurídica, fora posta à prova. Isso porque, Dr. Hélio Lanza naquele mesmo ano já tinha despachado e encaminhado para o Ministério Público vários processos resultantes de homicídios, lesões corporais e defloramentos desencadeados por diferentes motivos e, em sua maioria, protagonizados por pessoas com poucos recursos financeiros, sem profissão definida e vivendo à margem de uma sociedade conservadora que nomeava as mulheres seguindo duas categorias distintas: “*as mundanas*” que se dedicavam à prática da prostituição ou cometiam algum tipo de deslize identificado como grave, o adultério, e as “*senhoras honestas*”,⁷ mulheres casadas eclesiasticamente, mães e donas do lar revelando, por assim dizer, uma dinâmica excludente e atravessada por desigualdades, isso para citar apenas uma das muitas formas de segregação social.

Mas nenhum caso havia lhe chegado até aquele ano envolvendo duas partes tão distintas, representativas de seguimentos sociais e econômicos completamente opostos e inseridos em uma dinâmica social que privilegiava os detentores de poder e prestígio. Essa realidade costumava reservar à grande parcela da sociedade o lugar do esquecimento e anulava sempre que possível as tentativas de quebra da ordem ou mesmo a contestação desta.

A surpresa que deve ter causado espanto e motivado intermináveis conversas com os colegas de trabalho salta aos olhos na primeira leitura do documento dirigido à justiça e ao final assinado por um homem praticamente analfabeto de caligrafia pouco legível. A julgar pelos termos e a construção dos parágrafos quase todos respaldados na lei, indicando o caminho que o documento deveria seguir para que assim a ação fosse julgada com agilidade, deduzimos que o autor foi instruído por um advogado, talvez o

⁷ Essas descrições sobre as mulheres podem ser encontradas em vários processos de lesões corporais, homicídio e defloramento, arquivados na Vara Crime do Fórum Jorge Calmon na cidade de Jacobina.

mesmo que um ano antes havia representado seus interesses na Reclamação Trabalhista movida na Vara Cível,⁸ derrotada na primeira instância, e remetida ao Tribunal do Trabalho da 5ª Região para, finalmente, obter êxito.

É bem provável, se levamos em conta que o processo se arrastava há quase um ano na justiça, que tenha sido orientado por seu advogado a narrar em primeira pessoa os acontecimentos que faziam parte daquela história apresentando os dissabores que pessoas como ele enfrentavam quando, certos do seu direito, e sentindo-se lesados por não terem asseguradas conquistas que datavam de meados do século XX se viam às voltas com a justiça. Essas conquistas, registradas no do Decreto-Lei nº 5.452 sancionado em de 1º de maio de 1943 pelo presidente da república Getúlio Vargas,⁹ estavam longe de garantir e assegurar todos direitos trabalhistas àqueles que, como Sebastiao Freire, precisavam recorrer a uma justiça lenta e repleta de vícios.

Sem representante legal nesse processo, talvez Sebastião Freire vislumbrasse a chance de ter o seu requerimento deferido e encaminhado para Juiz, apelando para sensibilidade e para o bom senso do magistrado, tendo-se em vista que estava desempregado e movendo uma ação para receber as verbas indenizatórias que não tinham sido pagas pela Prefeitura Municipal.

Desafiar na instância jurídica um colega do excelentíssimo Juiz, Bacharel em Direito, ex-vereador, atual prefeito e neto de um dos homens mais importantes da cidade era um evento que certamente não acontecia com tanta frequência assim. A tradição política e o peso oferecido pelo dinheiro poderiam, em tese, intimidar um sujeito desprovido de bens materiais que se via às voltas com a justiça para fazer valer a lei, mas não foi exatamente esse o efeito que essa situação provocou. O desenrolar dos acontecimentos revela uma trama repleta de contradições e arbitrariedades que evidenciam a fragilidade de uma justiça burocrática e lenta em se tratando de um caso que exigia agilidade e empenho do corpo judiciário. Nesse imbricado da produção histórica, o historiador procura fazer compreender as tramas, (VEYNE, 1998: 52) armando as ligações, as linhas que engendram as histórias e tentando reconstruir esse

⁸ O processo a que me refiro está arquivado na Vara Cível do Fórum Jorge Calmon, na cidade de Jacobina, sob o número 5.415/71. Infelizmente, não tivemos acesso a esse documento em função do juiz responsável pela Vara se encontrar viajando quando da nossa visita. A entrada no arquivo só é permitida mediante a entrega de um ofício que deverá aguardar a autorização do magistrado.

⁹ A Consolidação das Leis Trabalhistas no Brasil pode ser encontrada em: (Trechos do discurso de Getúlio Vargas no 1º de Maio de 1941, ao anunciar a Justiça do Trabalho. *Diário da Bahia*, 3/5/1941).

passado montando as peças que darão formato aos acontecimentos que envolveram o pedreiro e o prefeito.

Sebastião Freire trabalhava na Prefeitura Municipal há 10 anos. Fora admitido em 1962, pelo prefeito Florivaldo Barberino, homem de confiança e marido da sobrinha de Francisco Rocha Pires, chefe político local que acumulava várias legislaturas como deputado estadual, além de comandar um grupo há mais de 40 anos. Entender o contexto em foi convocado para compor o quadro de funcionários da administração local, sem concurso público, é fundamental para situar os atores envolvidos nesse episódio e os desdobramentos que sugerem um quadro onde as permanências foram mais significativas que as rupturas. O jogo político com as suas nuances ilustra esse cenário de continuidades por entendermos que as tentativas de mudança “não foram resultantes de choques de interesses antagônicos, pois tanto a situação como a oposição representavam os interesses oligárquicos” (SAMPAIO, 1985: 34).

Quando regressou a Jacobina em 1954, recém-formado em Direito pela Universidade Federal da Bahia, Fernando Daltro mantinha com o então líder político local relações muito próximas que eram evidentemente reforçadas por laços de parentesco. Primos em segundo grau, carregavam o sobrenome Pires e partilhavam de um passado que tinha como principal referência o Coronel Ernestino Pires, avô materno de Daltro e tio de Rocha Pires.

Essa relação foi decisiva para que logo no primeiro ano, Fernando Daltro fosse nomeado para o posto de Diretor do Colégio Estadual Deocleciano Barbosa de Castro, uma instituição de ensino que concentrava grande parte dos estudantes da cidade e do seu entorno, além de contar com uma equipe de professores formada em sua maioria por médicos, dentistas e advogados ligados ao chefe político local.

No mesmo ano em que Sebastião Freire fora admitido para trabalhar como pedreiro e construir as obras da gestão de Florivaldo Barberino que previa a remodelação de praças e a construção do Mercado Velho com registros fotográficos de todas as intervenções de grande impacto realizadas durante o seu governo, criando “uma memória oficial onde o que prevalecia era a ação” (OLIVEIRA, 2007: 142) Fernando Daltro se elegera vereador sendo um dos mais votados.¹⁰ No entanto, alegando “motivos

¹⁰ Fernando Daltro elegeu-se vereador pelo Partido Republicano (PR) em 1958 com 793 votos no universo de 9.619 eleitores. Arquivo Público Municipal de Jacobina. Poder Legislativo. Fundo: Câmara de vereadores, Série: Eleições Municipais, Datas-Limite: 1947-1966, Caixa: 42 Maço: 01.

de ordem moral que lhe impedem de exercer o cargo de vereador, e vendo a impossibilidade de no exercício da nobre função trabalhar por Jacobina”¹¹ a desistência do cargo é anunciada em maio de 1961 e Fernando volta a se ocupar do seu trabalho como advogado.

Pensar que a renúncia eliminou as suas pretensões políticas seria um entendimento equivocado. A carreira trilhada ao longo dos anos desmente o que na época pode ter sido ventilado por aqueles que não entendiam a decisão, nem mesmo a sua esposa, Edna Daltro, que escreveu no diário o sentimento que lhe invadiu tão logo soube da decisão do seu marido: “Fernando foi eleito vereador, o mais votado da comunidade. Chamou a atenção de todos a votação do mesmo. Infelizmente, contra a minha vontade, renunciou ao cargo”.¹²

Suas aspirações políticas não deixaram de existir com o afastamento da função e foram levadas aos ouvidos de Rocha Pires e do grupo que ele então representava. Fernando Daltro queria sair candidato a prefeito com o apoio do chefe local, fato que não viria a concretizar-se¹³ o que levou no ano de 1966 às vésperas do pleito municipal a romper as relações com o antigo grupo, migrando para o outro lado do jogo político, sendo acolhido pelo deputado estadual Edvaldo Valois Coutinho, adversário de longa data do líder local.

As eleições municipais estabeleciam a escolha de um novo prefeito. Disputaram o pleito representando apenas lados opostos, mas ligados ao mesmo partido político, a

¹¹ Arquivo Público Municipal de Jacobina. Poder Legislativo. Fundo: Câmara de vereadores, Série: Ofícios Recebidos, Datas-Limite: 1960-1969, Caixa 72, Maço 01.

¹² Esses registros foram encontrados no arquivo pessoal de Edna Daltro. Durante a trajetória política do marido ela guardou todas as notícias publicadas nos jornais de circulação estadual (A Tarde, Jornal da Bahia e Tribuna da Bahia) que faziam referência a Fernando Daltro. Infelizmente, em alguns recortes do seu acervo não constam datas nem os nomes dos jornais que publicavam as matérias.

¹³ O rompimento entre Fernando Daltro e Francisco Rocha Pires ainda está sendo reconstruído pela pesquisa através das diversas fontes. Algumas pistas já indicam que a ruptura carregava elementos de ordem familiar que podem ser traduzidos nos constantes desentendimentos entre Rocha Pires e Ernestino Alves Pires motivados por questões pessoais, partidárias e de disputa pela liderança do grupo. Há ainda uma desconfiança que sugere ter sido o desentendimento fruto de uma resistência por parte do grupo com relação a Edna Daltro, mulher de Fernando e grande articuladora política. Como não era nascida em Jacobina e vinha da capital do Estado, Edna não tinha um passado acessível para aqueles homens que escolhiam o novo prefeito partindo de vários critérios, entre os quais podemos citar: tradição, reconhecimento e ascendência na sociedade. Uma terceira hipótese, também de matriz familiar, nos informa que havia uma movimentação entre as famílias para promover o casamento entre Esther Pires e Rocha Pires. A negativa de Esther teria sido decisiva para postura de resistência em aceitar o nome do seu filho, fruto de uma união que não agradava o antigo pretendente, para o cargo de prefeito.

ARENA,¹⁴ os candidatos Fernando Daltro e José Prado Alves. Elemento comum e presente em muitas cidades do interior da Bahia, as diferenças ideológicas entre aqueles que disputavam o poder eram pouco frequentes (DIAS, 2009: 73) e não raro ocorria de um único partido sediar grupos opositores, como foi o caso da ARENA subdividida em Arena 1 e Arena 2. A direção dos “partidos” esteve durante muitos anos entregue a dois deputados estaduais que figuravam em posições contrárias tão somente na dinâmica política local. Certamente a hegemonia, o domínio e o prestígio de Rocha Pires ainda eram elementos que ofereciam peso na composição daquela sociedade entendimento que rapidamente se confirma com a vitória do seu candidato. A derrota foi avaliada e externalizada por Daltro ao fazer um pronunciamento no serviço de Alto-falantes “*A Voz da Cidade*”,¹⁵ destacando a sua resignação em aceitar o desenrolar dos acontecimentos e aproveitando para denunciar as práticas políticas de seu adversário:

*Perdemos o pleito, mas em nenhum instante perdemos a compostura, a honra e dignidade. A partir de hoje, iniciamos nova campanha, com redobrada coragem, com maior bravura, em busca de um ideal, que é o ideal dos homens dignos desta terra, de conseguirmos para dirigir a nossa municipalidade um homem independente, livre e desligado de pequenos grupos gananciosos.*¹⁶

É praticamente impossível encontrar a cédula oficial de votação registrada por Sebastião Freire naquela eleição de 1966. Talvez ela nem exista mais e tenha sido consumida pelo tempo e pelo descaso com a preservação da memória, infelizmente tão comum em cidades do interior quando se trata de “documentos velhos, antigos e sem importância”. Mas, não seria equivocada de nossa parte imaginar que o seu voto foi

¹⁴ O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, além de conferir poderes e exceção ao Presidente Castelo Branco até o fim do seu mandato também extinguiu o pluripartidarismo instituindo o bipartidarismo representado pela Arena e MDB que simbolizavam, respectivamente, um partido forte do governo e um partido não temível da oposição.

¹⁵ O serviço de alto-falantes *A Voz da Cidade* foi durante muitos anos propriedade do músico Amado Honorato. Sua inauguração data do início nos anos 60, funcionando por muito tempo na Rua Bela Vista, nº 34, Centro. Aristeu Pinto de Queiroz, mais conhecido como Bob Silva, foi locutor durante anos e Gidalto Oliveira apresentava o programa “Música e Poesia dentro da noite”. O som era distribuído através de projetores e chegava aos principais pontos da cidade, nos bairros da Estação, Serrinha e Centro. Nesses lugares, as pessoas frequentemente se reuniam para escutar as notícias, a programação musical e no período de eleição os pronunciamentos dos candidatos. Foi vendida no início dos anos 70, para Otávio Barreto que, posteriormente, negociou o serviço com um interessado na cidade de Irecê.

¹⁶ Pronunciamento intitulado: *Povo de minha querida terra* em 23 de novembro de 1966 no Serviço de Alto-falantes “*A Voz da Cidade*”. Acervo da família Pires Daltro.

para o candidato de Rocha Pires, a julgar pela sua posição e o que estava em jogo caso o resultado fosse contrário àquele que esperavam: perderia o seu emprego, prejudicaria a sua família e comprometeria o orçamento doméstico.

Em uma cidade que não contava com produção industrial, estando grande parte de sua população residindo na zona rural¹⁷ (FONSECA, 1995: 134, 137 e 141) e dedicando-se às atividades laborativas ligadas à terra, é possível intuir que em larga escala fosse mesmo a Prefeitura Municipal a responsável pela maioria dos empregos e, conseqüentemente, fomentasse outras atividades, como o comércio (Id., 1995: 148), por exemplo, um dos maiores responsáveis pela circulação de dinheiro e mercadorias.

O medo de perder o emprego e ficar numa longa e cansativa fila de espera realizando “bicos” e trabalhos temporários sem garantias, deve ter levado Sebastião Freire não só a votar no adversário de Fernando, como também certamente o conduziu aos comícios, passeatas e tudo aquilo que envolvia uma campanha política no interior de uma cidade. Não imaginava talvez, que o chefe político local, com sólida carreira e ininterruptas vitórias desde 1934, seria derrotado quatro anos depois e a menos que isso acontecesse bastava realizar o seu trabalho com responsabilidade e compromisso para assegurar o seu emprego. Mas, a conjuntura política sofria alterações, era dinâmica e flexível, levando Sebastião Freire a alegar no documento movido contra Fernando Daltro, que o principal motivo para explicar a sua dispensa e a de outras dezenas de trabalhadores que estavam na mesma situação política foi: “Tomando posse no cargo de Prefeito, o representado, por mesquinhez e capricho político, dispensara, indiretamente o representante e outras dezenas de trabalhadores sem lhes pagar as indenizações legais devidas”.¹⁸

No jogo político disputado por homens de poder e prestígio, como Fernando Daltro e Francisco Rocha Pires, pessoas como Sebastião Freire não eram poupadas e sofriam com as mudanças na dinâmica política e social da cidade. Mesmo inserido em um contexto que, como já foi mencionado, privilegiava e reconhecia homens que haviam acumulado ao longo da vida patrimônio, conhecimento e reconhecimento no

¹⁷ Em 1970 a cidade de Jacobina contava com a seguinte população: na Sede 19.211 habitantes e na área administrativa 77.266 habitantes. Dados do IBGE citados por Ângelo Antônio Martins da Fonseca.

¹⁸ Autos do Processo de *Noticia Criminis* movido por Sebastião Freire contra o prefeito municipal Fernando Daltro, ajuizado na Comarca de Jacobina, em 1º de dezembro de 1972. Acervo do Fórum Jorge Calmon (Vara Crime), documento sem catalogação. f. 2.

quadro social, essa constatação por parte daqueles que, como o pedreiro autor de uma ação na justiça, não impedia tão pouco anulava o seu desempenho em busca de reparos e justiça. Nesse cenário, montado para favorecer os “dominantes” em detrimento das práticas dos “dominados”, estes encontraram brechas que animaram posturas autônomas responsáveis pela inversão de imposições verticalizadas para assegurar e fazer valer o que estava previsto na lei.

O processo iniciado em 1972 na Vara Crime era precedido por outro, movido na Vara Cível um ano antes que não alcançara sucesso sob a argumentação que: “Na primeira instância as justas, legais e incontestáveis pretensões do representante culminaram com a improcedência da reclamação”.¹⁹ O clima de paz, progresso e tranquilidade anunciado nas páginas do *Jornal da Bahia*, que saudavam a vitória de Fernando Daltro como representativa de um novo momento na história política da cidade de Jacobina, parece frágil quando examinado à luz de um evento como esse. O rompimento com o Coronel Rocha Pires foi o elemento mais explorado na sua campanha eleitoral e durante o seu governo. Apontar o antigo chefe que anos antes lhe ofertara um importante cargo na esfera estadual, como coronel mandatário, autoritário e fomentador de práticas caídas em desuso fez parte de todo um quadro que se pretendia montar com vistas a anular e desmerecer uma projeção destacada no universo político local/estadual que já somava quarenta anos.

Em seu discurso de posse, na condição de prefeito e, portanto, falando de um lugar, Fernando Daltro afirma:

*Nenhum humano pode deter o curso da história. Hoje, neste dia memorável em que sou empossado no cargo de Prefeito desta comunidade, concretiza-se um fato histórico de imensa repercussão de todo cenário político do Estado da Bahia. Longe de ser apenas uma simples mudança de Prefeitos, observa-se aqui a transição histórica do velho e tradicional regime implantado nesta terra há 40 anos e que hoje decadente cede seu lugar, cumprindo uma lei natural da evolução ao novo regime, alicerçado em novos métodos, nova gente.*²⁰

O velho regime de um lado. O novo regime de outro. O espaço entre eles? Exatos quatro anos. De 1966 até 1970, a população assistiu ao desenrolar de um

¹⁹ Autos do Processo de *Notcia Criminis* movido por Sebastião Freire contra o prefeito municipal Fernando Daltro, ajuizado na Comarca de Jacobina, em 1º de dezembro de 1972. Acervo do Fórum Jorge Calmon (Vara Crime), documento sem catalogação. f. 2.

²⁰ *Jornal da Bahia. Jacobina é Notícia*, sem data. Acervo da família Pires Daltro.

rompimento e os seus desdobramentos que certamente ocuparam o tema de intermináveis conversas sobre a política local. Sob a alegação de perseguição e uso de práticas que remontam ao período da República Velha no Brasil, o estigma e a identificação de Rocha Pires como coronel foi a bandeira empenhada pelo grupo que contava com a participação de Fernando Daltro. Apagar os vestígios de uma política com diretrizes consideradas antigas e fora de uso foi o recurso encontrado pelo seu mais recente adversário para fazer frente a um domínio edificado em sólidas bases.

Essa ruptura anunciada a portas fechadas logo ganhou as ruas. Deve ter causado certo espanto a julgar pela relação de proximidade e também de parentesco que unia os envolvidos. E esse evento ainda tão distante da vida de Sebastião Freire seria decisivo para, anos mais tarde, resultar na sua demissão. A política, longe dos gabinetes e das mesas de reunião e planejamento tinha implicação na vida prática de pessoas que dependiam desse frágil equilíbrio, da manutenção de determinadas forças e, em outros casos, da troca de domínio.

Bradar aos quatro ventos que era um prefeito progressista e conciliador aparece como umas das primeiras preocupações do recém-eleito. A notícia em destaque nos informa da existência de um caminho quase “natural” que estava ali apenas esperando a chegada de Fernando Daltro, o homem que seria capaz de inaugurar um novo modelo de gestão pública que, segundo o seu discurso, romperia com as raízes da política de Rocha Pires:

Não nos anima nenhum propósito de vingança ou ódio, mesmo contra aqueles que mais de perto nos feriram, ofendendo tudo que um homem possui de mais sagrado, numa vergonhosa e degradante campanha [...] Correligionários e adversários, podem ficar certos de que, na Prefeitura estará um homem, sempre pronto a ouvir a todos com o maior respeito e consideração, realizando o impossível para satisfazer a coletividade.²¹

Coletividade, respeito e consideração foram promessas logo esquecidas que caíram nos corredores do esquecimento. Tornar-se prefeito de uma cidade como Jacobina representava mais que uma vitória eletiva, significava na vida prática de homens como Fernando Daltro oferecer uma resposta ao chefe político que segundo ele,

²¹ Discurso de Posse intitulado: *Povo de minha terra*, em 28 de dezembro de 1970 no serviço de Alto-falantes *A Voz da Cidade*. Acervo da família Pires Daltro.

em depoimento colhido no ano de 2007, não tinha confiança em indicá-lo para disputar o pleito:

Cheguei a um ponto de que não poderia mais continuar sendo correligionário dele porque sentia que ele não me dava confiança, que ele não me prestigiava, por que eu pretendia me candidatar a prefeito um dia e estava vendo que essa candidatura nunca seria aceita por ele, diante disso, a partir daquele instante eu não figurava mais do partido dele.²²

Significava também, e o processo movido por Sebastião Freire confirma esse entendimento, estender a sua postura de ruptura para as redes sociais das quais o pedreiro fazia parte. Precisava formar as suas próprias redes de sociabilidade que, por certo, garantiriam não apenas o exercício do seu mandato, como criariam as bases para sua ascensão política.

A longa espera de Sebastião Freire por justiça revela a burocracia da instância jurídica e as diversas formas de criar mecanismos para dificultar o andamento do processo. Fernando Daltro advogava há quase duas décadas e conhecia a tramitação legal de um processo e as formas de adiar o seu julgamento. Foi citado por duas vezes para pagar no prazo máximo de 48 horas a quantia devida. No entanto, o primeiro mandato de citação datado de 22/09/1972, só recebeu o ciente do representado quase um mês depois. O documento ainda afirmava: “Se vencido o prazo não for satisfeito o pagamento acima estipulado, dois Oficiais de Justiça procederão a competente penhora em verbas públicas, que permitem a garantia da dívida conforme a legislação em vigor”.²³

Como era previsível, a julgar pela lentidão do processo, a penhora não foi realizada. Os bens que deveriam ser apresentados pelo representante do Poder Executivo não constam nos autos. Os despachos e encaminhamentos do escrivão, do Juiz e do Ministério Público, representado pelo promotor revelam uma enorme distância entre as datas, o que certamente prejudicou o andamento da ação. No ano de 1973, portanto dois anos depois do início do processo, o pedreiro não tinha recebido as verbas

²² Entrevista concedida por Fernando Mário Pires Daltro, 78 anos, no dia 28 de Maio de 2007, na cidade de Salvador.

²³ Autos do Processo de *Noticia Criminis* movido por Sebastião Freire contra o prefeito municipal Fernando Daltro, ajuizado na Comarca de Jacobina, em 1º de dezembro de 1972. Acervo do Fórum Jorge Calmon (Vara Crime), documento sem catalogação. f. 10.

indenizatórias calculadas em: “cinco mil, duzentos e três cruzeiros e trinta e um centavos”.²⁴

A cidade já tinha outro prefeito, o farmacêutico Gilberto Dias Miranda, indicado ao pleito pelo seu antecessor. As folhas que deveriam constar ao final do processo para indicar um encaminhamento da ação encontram-se entre as primeiras da peça processual e não seguem uma ordem de numeração. Cumprem apenas o papel de informar ao novo gestor que o requerimento do pedreiro ainda corria na justiça e que, portanto, não tinha sido resolvido. Não sabemos qual medida foi tomada e nem se Gilberto Miranda de fato recebeu o ofício nº 51/74 encaminhado pelo Juiz, o Bel. Wanderlin Barbosa, pois o documento não está assinado. Há uma inscrição a lápis, onde se lê: fazer outro. Teria sido feito? Esta resposta não temos.

A disposição de seguir em frente com um processo contra o prefeito municipal foi um ato corajoso que demonstra o quanto o pedreiro conhecia os seus direitos e compreendia que o caminho legal com respaldo e orientação jurídica era a única alternativa para assegurar as garantias de um trabalhador que prestava serviços à Prefeitura há uma década. Historicamente, a justiça brasileira se configurou como espaço de luta reivindicado por pessoas como Sebastião que não dispõem de recursos financeiros e precisam encontrar respaldo no que estabelecem as leis para assim validarem suas prerrogativas. Visto dessa perspectiva, o trabalhador aparece como sujeito ativo dessa relação, interagindo com outros atores sociais em situações de enfrentamento, negociação e formando alianças, evidenciando que a lei e a justiça se revelam cada vez mais como espaços ambíguos, abertos ao conflito e as diferentes interpretações. (THOMPSON, 1987: 353-356).

Esse grupo de fontes, aqui representadas pelo caso do pedreiro Sebastião Freire, mas que condensa a iniciativa de outros tantos trabalhadores em situações bem parecidas, nos ajuda a pensar e refletir sobre a organização das diferentes classes sociais no embate que travaram no palco da justiça. Esses casos, fragmentos que formam um enorme mosaico, podem ser melhor compreendidos se examinados dentro do contexto social e político em que foram engendrados. Entre os anos 60 e 70 do século XX, na cidade de Jacobina, a política parecia fervilhar na cabeça e no coração não apenas dos governantes quase sempre reclusos e imersos em seus gabinetes com uma agenda

²⁴ Ibidem, f. 18.

repleta de compromissos a serem cumpridos. Uma significativa parcela da população se envolvia na engrenagem política à sua maneira, como ilustra o caso do pedreiro, admitido por ordem política e demitido em circunstâncias bem parecidas. Adentrando o mundo do trabalho, das ruas, da vida cotidiana de homens e mulheres, motivando a formação de redes de apoio, inimizades e disputas, a política em Jacobina também revelou conflitos de classe, ampliando a atuação de sujeitos que interpretaram os espaços que a lei não penetra (DESAN, 1995: 19) para protagonizarem cenas em que foram eles mesmos, os autores de suas ações.

Interpretar os silenciamentos nos processos judiciais é um caminho a ser percorrido, porque ali estão elementos da cultura e da sociedade jacobinense. O silêncio é em si um ato de comunicação carregado de significados (BURKE, 1995: 163) que revela posições, concepções e lugares. É certo pensar que esses conflitos envolvendo homens simples em disputa com um poderoso engendraram novos papéis (DESAN, 1995: 89) desarrumando e reorganizando o lugar que cada um ocupava na rede social em que estavam inseridos. Ao se envolverem numa arena que não anula por completo as suas reivindicações, mas a história tem mostrado ser esse o seu grande papel, os sujeitos que protagonizaram essas cenas nos informam detalhes de suas vidas, das formas de resistência e luta empreendida para se desvencilharem dos seus “algozes”, encontrando formas muito próprias de sobreviverem e interferirem nos mecanismos da política local. Fizeram, por assim dizer, ecoar as suas vozes de descontentamento e registraram na instância jurídica suas versões para um evento que, de diferentes formas, marcou um dos capítulos da história política na cidade de Jacobina.

Além disso, a compreensão de que os produtos culturais sejam eles discursos, ideias, valores, crenças, sentimentos e instituições não se encontram aprisionados por fronteiras de classe, mas estão sempre em *circulação* (GINZBURG, 2006: 11-26) podendo ser compartilhados por diferentes atores sociais, nos informa que, independentemente do lugar que cada um desses sujeitos ocupava na hierarquia social, eles participaram diretamente dos movimentos que formavam o quadro da política local empreendendo uma luta por direitos ou mesmo criando formas de ampliar o seu raio de atuação num movimento de intenso fluxo rompendo com as rígidas barreiras que insistem em separar as classes, revelando uma porosidade, um conceito mais ventilado e, por assim dizer, mais amplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Unesp, 1995.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Revista Estudos avançados. São Paulo, v.11, n.5, jan-abr. 1991. p.173-191,
- DESAN, Suzanne. *Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis*, In: Lynn Hunt (ed.). “A Nova História Cultural”. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- DIAS, José Alves. *O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista*. In: “Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes”. Salvador: EDUFA, 2009.
- FERREIRA: Marieta de Moras. *A Nova “Velha Política”: o retorno da história política*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 265-271.
- FONSECA, Ângelo Antonio Martins da. *Poder e Crise Regional e Novas e Estratégias de Desenvolvimento”: o caso de Jacobina-Bahia*. Dissertação apresentada ao Mestrado da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.
- _____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.
- JESUS, Zeneide Rios de. *Eldorado Sertanejo: Garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes & LARA, Silvia Hunold. (Orgs). *Direitos e Justiça no Brasil: Ensaios de História Social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. *Revelando a cidade: imagens da modernidade no olhar fotográfico de Osmar Micucci (Jacobina 1955-1963)*. Dissertação de Mestrado apresentada Programa de pós-graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. p. 150-151.
- PANG, Eul-Soo. *O engenho central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos da sua história (1875-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1979.
- RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *O Poder Legislativo na Bahia: Primeira República (1889-1930)*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1985.
- THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos ingleses*. In: NEGRO, A. L.; SILVA, M. (Orgs.) “As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos”. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983.

WISSENBACH, Maria Cristina C. *Ritos de Magia e sobrevivência: sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)*. 1997. 202 f. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.